

Curso híbrido licitações e dispensa eletrônicas, com prática na plataforma AMM Licita

OBJETIVO: A Nova Lei de Licitações, mais precisamente em seu art.7º, estabelece que os agentes designados para o desempenho das funções essenciais à execução da lei, preencham alguns requisitos. Dentre esses requisitos, está a necessidade de que, os mesmos, tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público. Frisa-se, contudo, que tais exigências não são cumulativas, devendo o agente público atender a, pelo menos, uma delas. O curso oferecido pela AMM e ministrado pelo Prof. Juliano Calazans, visa oferecer aos que já tenham sido designados, ou que venham a ser, uma formação compatível com as atribuições das funções a serem exercidas, para que detenham o conhecimento necessário e possam atuar com segurança na busca pelas melhores propostas, tanto nos processos licitatórios quanto nos procedimentos de contratação direta.

PÚBLICO-ALVO: Agentes de contratação, pregoeiros, membros de equipes de apoio, membros de comissões de contratação e demais servidores públicos que pretendam adquirir conhecimentos acerca da Nova Lei de Licitações.

METODOLOGIA: O conteúdo da legislação aplicável às licitações públicas será abordado de forma prática, tocando temas sensíveis e polêmicos e atacando as dores que os agentes públicos têm que lidar no dia-a-dia. Toda a abordagem será realizada com base na mais atualizada doutrina, jurisprudência e com farta apresentação de exemplos práticos, possibilitando que os participantes visualizem a lei de forma prática, simples e objetiva.

CURRÍCULO DO PROFESSOR(A): Juliano Calazans - advogado, especialista em Licitações Públicas e em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC. Facilitador em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, para agentes políticos e servidores de órgãos e entidades públicas municipais, já capacitou servidores públicos de inúmeros municípios. É assessor e consultor com larga experiência na prestação de serviços a pessoas jurídicas de direito público. Foi professor de Licitações Públicas na pós-graduação em Direito da Unifem Business School e professor de Direito Administrativo e Direito Constitucional da faculdade de Direito da UNIFEMM.

CARGA HORÁRIA: 16 horas - **Investimento:** municípios afiliados: R\$ 500,00 / Público em geral: R\$ 1.000,00

Informações: Edir (31)2125-2411 – Edir@amm-mg.org.br – Luciana – (31)2125-2442 - Luciana.lacerda@amm-mg.org.br

Inscrições: https://central.amm-mg.org.br/cent_seg_Login/

PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia 22/07/2024

08:00 - Credenciamento

08:20 - DA DISPENSA ELETRÔNICA COM BASE NA IN SEGES/ME Nº 67/2021

Em quais hipóteses adotar a dispensa eletrônica?
O procedimento de dispensa deverá ser instruído por quais documentos?
Há necessidade de publicação em sítio eletrônico oficial?
Quais informações o órgão ou entidade deverá inserir na plataforma eletrônica?
Há um prazo mínimo a ser observado entre a publicação do aviso de contratação direta e a abertura do procedimento?
Onde publicar o aviso?
Como o fornecedor encaminhará sua proposta e quais declarações deverá prestar?

12:00 – Intervalo para almoço

O fornecedor poderá parametrizar seu valor final?
Como se dará a abertura do procedimento e o envio dos lances?
Há possibilidade de lances intermediários?
Há possibilidade de lances iguais?
É possível negociar melhores condições com o detentor do melhor lance?
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores?
Como proceder à pesquisa de preços concomitantemente à seleção da proposta mais vantajosa?
Como proceder à conferência dos documentos de habilitação?
Quando esse documentos poderão ser dispensados?
O que fazer quando a dispensa eletrônica restar fracassada ou deserta?
A dispensa eletrônica deverá ser adjudicada e homologada?
Dispensa eletrônica simulada, na plataforma AMM LICITA, desde o cadastro do processo até a disputa.

17:00 – Encerramento do primeiro dia de curso

Segundo dia 23/08/2024

08:00 - DA LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM BASE

NA IN SEGES/ME Nº 73/2022

É obrigatória a utilização da forma eletrônica?
Como proceder quando a contratação envolver recursos da União?
Quando adotar o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto?
Há possibilidade de lances intermediários?
Poderão ser utilizados sistemas próprios ou plataformas privadas?
Quais as fases de licitação?
É possível inverter essas fases?
Quem conduzirá a licitação?
O orçamento poderá ser mantido sob sigilo?
O que o licitante interessado deverá fazer para se credenciar e participar da licitação?
Como e onde se dará a publicação do edital e quais os prazos mínimos a serem observados?
Quais os prazos para esclarecimentos e impugnações?
Como os licitantes remeterão suas propostas?
É possível alterar ou substituir a proposta?
Como se dará a abertura da sessão e a fase competitiva?
Poderá haver exclusão de lances?
Como funciona o modo de disputa aberto?
Como funciona o modo de disputa aberto e fechado?
Como funciona o modo de disputa fechado e aberto?
Deverá haver previsão de intervalo mínimo entre os lances?
Como proceder se houver desconexão do sistema?

12:00 – Intervalo para almoço

Quais os critérios de desempate?
Como proceder à avaliação da conformidade das propostas?
E se o preço do primeiro colocado permanecer acima do valor referencial?
Quais os percentuais para se considerar uma proposta manifestamente inexequível?
Como proceder diante de propostas manifestamente inexequíveis?
Como proceder na fase de habilitação?
Como funciona a fase recursal e quais os seus prazos?
Quais erros podem ser sanados mediante diligência?
Qual o prazo para assinatura contratual?
Quando devo/posso anular ou revogar a licitação?
Licitação eletrônica simulada, na plataforma AMM LICITA, desde o cadastro do processo até a disputa

17:00 – Encerramento do curso